A OPOSIÇÃO POLÍTICA. UM MODÊLO DE VIOLÊNCIA CIVIL

DON R. BOWEN *

1. Introdução 2. Definição de violência civil 3. A base teórica 4. A variável independente 5. A variável dependente 6. As variáveis interpostas 7. Variáveis interpostas: fôrça 8. Variáveis interpostas: legitimidade do sistema 9. Normas e tradições 10. Variáveis interpostas: ideologia e liderança 11. Observações finais.

1. Introdução

A humanidade vem estudando a violência civil e política há muito tempo. É uma tradição que se inicia — no ocidente, pelo menos — com Platão e Aristóteles. E, embora não tenha havido pouca divergência entre os estudiosos, um motivo central tem permanecido — a preocupação pela explanação causal. Tem-se procurado responder à questão — por que e sob que condições os homens cometem atos violentos.

Na verdade, as respostas àquela pergunta têm variado. De fato, mais do que na maioria das áreas da conduta humana, o estudo da violência civil parece estar distribuído entre dúzias de diferentes disciplinas acadêmicas (algumas não tão acadêmicas). Esta dispersão pode muito bem ser um reflexo dos fenômenos. A violência civil apresenta-se como um acontecimento extraordinàriamente heterogêneo, embora difundido. Por exemplo, Charles Tilley afirma o mesmo, de forma superior:

"A violência coletiva é extraordinária, devastadora e desencaminhadora. Por extraordinária quero dizer suficientemente rara e proibida, o que torna difícil para um pesquisador antecipar sua ocorrência, observá-la objetivamente ou obter informações

* Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, EUA.

completas e dignas de crédito sôbre ela após o fato. Ela é devastadora em sua ameaça às próprias pessoas e às disposições sociais — procedimentos de registro de rotina, elites locais, agentes do contrôle social — melhor situada para acumular um relato de seu desenvolvimento. É desencaminhadora... em têrmos de princípio e fim, local, participantes e definições básicas. Quando começa um motim? Quando termina? Que território êle envolve? Quem participa — só os que atiram ou os que recebem os tiros?... A guerra civil será um exemplo de violência coletiva ou inúmeras ocasiões negligentemente unidas? Responder que êsses assuntos são puramente arbitrários define exatamente o tema: a violência coletiva é um fenômeno excepcionalmente desencaminhador." [1]

Contudo, considerando tudo o que foi dito, não creio ser necessário o desdobramento da explanação aqui. Na verdade, é êste o assunto dêste relatório. Pois recentemente começou a surgir nas ciências da conduta um conjunto de pesquisas sôbre a motivação humana individual e sôbre os sistemas sociais de que o indivíduo participa — uma união da análise micro com a macro. Êste esfôrço conjunto pode e deve ser aplicado ao estudo da violência civil, e êste ensaio tenta provar exatamente isto. É uma tentativa de explicar as condições sociais ou precondições de violência e a inclinação individual de se dedicar à ela numa estrutura coerente.

2. Definição de violência civil

Antes de determinarmos os elementos da teoria, devemos primeiro tentar limitar o universo da dissertação. O problema óbvio é separar os acontecimentos rotulados como violência civil da categoria mais geral de tôda a violência. Em primeiro lugar, por "violência" queremos dizer ataques físicos. Admitimos que isto exclui fenômenos como a coerção psicológica ou os movimentos políticos não violentos que podem influenciar grandemente a conduta. Êsse tipo de influência é, porém, extremamente difícil de avaliar, e, de qualquer forma, enseja discussão sôbre se seria sensato descrevê-lo como violento. Limitando a definição a ataques físicos, temos o benefício de poder tratar de incidentes observáveis.

Considerando êsse entendimento de violência, geralmente o que queremos dizer por violência *civil*, particularmente, são os ataques físicos a pessoas, lugares ou coisas que são parte de, ou simbolizam, a ordem política ou civil. Ademais achamos que esta

[1] *Methods for the study of collective violence.* Relatório preparado para o Centro Lemberg do Estudo da Violência, Universidade Brandeis, Cambridge, Massachusetts, abr. 1968. p. 3.

definição inclui ataques por membros da ordem civil a outros segmentos da população — por exemplo, retaliação do regime contra dissidentes reais ou em potencial. Bàsicamente somos forçados a examinar os motivos dos atacantes, porque é patentemente aparente que se pode atacar um guarda, digamos, por razões que nada tenham a ver com seu papel de policial. Contudo, o exame do motivo é um problema realmente muito difícil. Tudo que podemos sugerir é que tais motivos devam ser examinados e imputados ou não segundo o período, lugar e circunstâncias sob os quais houve o acontecimento. [2] É talvez importante acrescentar que o conceito de violência civil, como o entendemos, deliberadamente exclui internação ou violência intersistemática. Normalmente, tal exclusão não representa problema especial. Porém, há dois casos em que há problema. O primeiro é a intervenção estrangeira no que é essencialmente um conflito doméstico. As guerras civis dos Estados Unidos, Rússia, Espanha, Congo e Nigéria, para só citar alguns exemplos, experimentaram a intervenção estrangeira em maior ou menor extensão. A questão óbvia é: em que ponto uma guerra civil transforma-se em internacional? Nossa norma geral é que ela vira conflito internacional quando a maior parte da violência mensurável pode ser delineada até as atividades das fôrças alienígenas. O segundo caso, embora relacionado, surge quando um movimento separatista consegue estabelecer sua autonomia. Novamente enfrentamos o problema do ponto de transição entre o conflito civil e o internacional. Os técnicos em relações internacionais geralmente afirmam que quando os dissidentes estabelecem contrôle político efetivo de um território e/ou há amplo reconhecimento diplomático, qualquer conflito adicional entre o regime de escapada e o antigo regime deixa de ser conflito civil. A linha de demarcação, entretanto, não é sempre clara, e mais uma vez só podemos sugerir que o problema seja tratado com bom senso e o julgamento de observadores peritos familiarizados com a época, o lugar e as circunstâncias.

3. A base teórica

O início axiomático da teoria é que os homens, quando frustrados na conduta que objetiva seus propósitos, experimentam um estado

[2] Para explicação mais detalhada dêste conceito, ver: *Civil violence: a theoretical overview.* de Don R. Bowen e I. H. Masotti, edição de Masotti e Bowen; *Riots and rebellion: civil violence in the urban community.* Publicações Sage, Beverly Hills, California, USA, 1968. p. 11-31.

ou condição chamada ira, que se expressa em comportamento agressivo. [3] O mecanismo de reação — ira — é inato. A agressão pode ser interiorizada (isto é, dirigida contra o auto-suicida, que é o exemplo mais dramático) ou exteriorizada. A teoria da violência civil trata exclusivamente da agressão exteriorizada. O axioma, na forma em que foi expresso, representa um ponto intermediário entre os que argumentam que a própria agressão é inata e pode ser expressa mesmo não havendo estímulos externos [4] e os behavioristas rígidos que argumentam que ela sempre é apenas uma reação à frustração ambiental. [5] Òbviamente a freqüência, a incidência e a grandeza das frustrações variam, e, portanto, a freqüência, a incidência e a grandeza da ira e da agressão subseqüente também. É igualmente óbvio o fato de que a forma, o conteúdo e os objetivos da agressão variam. E porque a teoria preocupa-se com a violência civil e não com a violência em geral, cabenos especificar as condições sob as quais a agressão será dirigida contra a ordem civil, e não contra outras possíveis válvulas de escape. Antes de nos engajarmos nessa tarefa, vamos deter-nos numa explicação das variáveis dependentes e independentes da teoria.

4. A variável independente

A variável independente da teoria é chamada frustração sistemática. Queremos dizer, simplesmente, que há certas condições de sistemas políticos ou sociais que frustram os homens porque ameaçam suas posições de valor. Provàvelmente alguém está sempre frustrado em qualquer meio da organização social. O analista da violência civil, porém, preocupa-se com as condições que frustram números relativamente altos de pessoas de posição semelhante. Supõe-se, evidentemente, que homens similarmente situados reagirão de forma semelhante a condições idênticas. Esta, é uma hipótese que pode ser, e tem sido, empìricamente testada. O têrmo "posição de valôres" é apenas uma frase abreviada para descrever todos os valôres possíveis que os homens podem querer atingir ou que já atingiram e querem manter. Empìricamente, êsses têm enorme

[3] A dependência dessa formulação das famosas teorias psicológicas de frustração e agressão é óbvia. Até hoje, a aplicação mais total daquelas teorias à violência política ou civil é a obra de Ted R. Gurr: *The genesis of violence: a multivariate theory of the preconditions of civil strife.*

[4] Por exemplo, *On aggression.* de Konrad Lorenz, ed. Harcourt-Brace, New York, 1966.

[5] De Dollar, John et. al. *Frustration and aggression.* Yale University Press, 1939.

gama: poder, aprendizado, (sabedoria), integridade, riqueza, respeito, beleza, posição, etc; em suma, tudo que uma determinada cultura julga de valor.

A ameaça à posição de valôres de uma pessoa é frustrante. A fonte de frustração que nos preocupa é a que se origina no sistema político e social. Apressemo-nos a acrescentar que não há aqui nenhum problema de classificação, porque o que importa é a percepção individual da fonte de frustração. Se o indivíduo acha que a fonte de sua ira está no sistema político ou social, então, para êle, é aí que ela está. Em geral, há dois tipos principais de frustração sistemática:

a) a que o indivíduo julga que lhe nega uma posição de valôres que êle gostaria de atingir e

b) a que o indivíduo julga que lhe arrebata uma posição de valôres de que êle já desfruta.

A primeira apresenta-se em sua forma mais dramática nas sociedades em modernização, onde, por muitas razões, segmentos da população começam a formar aspirações que ràpidamente excedem a capacidade do sistema político de satisfazê-las. Êste processo, na verdade, tem sido descrito como a revolução de esperanças ascendentes.

A segunda, embora talvez não tão dramática, é fàcilmente observável nas sociedades onde há muita tensão, e em que os grupos de elite ou de semi-elite sentem sua posição ameaçada por alteração — exemplo significativo é a Alemanha Weimar. Imperfeitamente, essa diferença corresponde à distinção entre violência revolucionária e contra-revolucionária, exceto que os níveis e os tipos de violência podem não enfocar os que estamos acostumados a associar aos têrmos revolução e contra-revolução.

5. A variável dependente

A variável dependente, especificada pela teoria, é a grandeza total da violência civil (segundo a definição anterior) em determinada sociedade ou, por combinação, em certo grupo de sociedade. A grandeza para nós é alguma medida ou combinação de medidas da energia humana total gasta em atividades como motins, sabotagem, terror, revolução, golpe de estado, guerrilhas, guerra civil, etc. Tìpicamente os indicadores são o número de mortes, a quantia total dos danos à propriedade, o número de participantes, a extensão do incidente ou incidentes em têrmos de território, a sua

duração e outras mensurações quantitativas ou expressivamente possíveis.[6]

Como citado, a grandeza total da violência civil (GTVC) junta-se a todos os diversos tipos desta em uma estatística-resumo e assim tolda o que podem muito bem ser distinções importantes entre motim e revolução, por exemplo.

Não obstante, é perfeitamente possível segregar do total alguma subclasse de dados citada desde que definições claras tenham sido estabelecidas antecipadamente, e cada subclasse identificada quando os dados foram inicialmente coletados. Nessa hipótese, podem-se compilar estatísticas suplementares como a grandeza total da violência amotinada ou da violência de guerrilha, que poderão então tornar-se variáveis dependentes, sujeitas a investigação.

Há três subclassificações adicionais de GTVC que produzem variáveis adicionais dependentes:

1. A primeira é a distinção entre violência dissidente e regime de violência. O principal problema que surge a êsse respeito é tratar da violência particular, que é oficialmente condenada na Rússia imperial, ou de linchamento na América do Sul, dois exemplos típicos. A maioria dos analistas tem tratado o assunto como um caso de regime de violência, mas as dificuldades de classificação são óbvias.

2. A segunda distinção diz respeito à violência, que pode ser dividida naquela que objetiva a derrubar as agências de contrôle político e social e na que simplesmente não se quer retirar dessas agências. Isto corresponde ao que outros observadores chamaram de distinção entre "tumulto" e "guerra interna".[7] As atividades da guerra interna são mais eficientemente organizadas e normalmente envolvem mais participantes, mortes, ferimentos, etc. Habitual-

[6] Vários pesquisadores codificaram exemplos de violência civil usando medidas do tipo indicado aqui. Ver *Political instability in Latin America: the cross-cultural test of a causal model.* de D.P. Bewy. In: *Latin America Research Review,* primavera de 1968; The relationship of systemic frustration, political coercion international tension and political stability. de Ive K. & Rosalind L. Feierabend, conferência pronunciada nas Reuniões da Associação Psicológica Americana de Washington, D.C., havidas de 2 a 6 de setembro de 1966; *The vendee.* de Charles Tilley, Harvard University Press, 1963.

[7] A diferença origina-se da obra de Harry Eckstein *Internal war,* Free Press, 1964. Para confirmação empírica da ocorrência da distinção ver *Discerning causal patterns among conflict models.* de D.P. Bewy, conferência feita nas reuniões da Associação de Ciência Política do Oeste Central, Chicago, Illinois, USA, realizadas de 2 a 4 de maio de 1968; Modernity social frustration and the stability of political systems. de Betty A. Nesvold, tese não publicada do Departamento de Ciência Política do San Diego State College, 1964.

mente elas implicam fenômenos como guerrilhas, guerra civil e revolução.

As atividades de "tumulto", por outro lado, tendem a ser mais espontâneas e normalmente não visam a derrubar ou retirar o regime. Se forem feitas exigências, elas tendem a ser específicas da situação. Vandalismo, motins, demonstrações, etc. são exemplos. Têm sido chamadas, muito apropriadamente, de "vômito social".

3. A terceira subclassificação de GTVC é a distinção observada entre violência revolucionária e contra-revolucionária que significa, repetimos, a diferença entre a violência engajada pelos que tentam atingir certa posição de valor e a violência exercida pelos que tentam proteger uma posição de valor de que já desfrutam.

De modo impressionante, pode haver um grau elevado de intercorrelação entre algumas categorias das principais subdivisões. Especìficamente, não parece destituído de senso que a maioria dos regimes de violência sejam contra-revolucionários em nosso entendimento do vocábulo, não obstante muitos regimes ajam para proteger suas próprias posições de valor. De modo inverso, a maior parte da violência de dissidência será revolucionária porque o esfôrço será para atingir algo ainda não gozado; as duas noções são analítica e empìricamente distintas. Consideremos o caso de um regime revolucionário que usa violência contra grupos anteriormente de elite.

6. As variáveis interpostas

Empregamos a idéia de variáveis interpostas para sublinhar o fato de que mesmo quando a variável independente, frustração sistemática, está presente em certo sistema político, a variável dependente, o irromper da violência civil de tipos e grandezas vários, não é conseqüência *obrigatória*. Testemunhamos a estabilidade agourenta da África do Sul. As variáveis interpostas ajudam a determinar a grandeza da violência que irrompe e também se será violência de dissidência ou de regime, revolucionária ou contra-revolucionária, tumulto ou guerra interna. As variáveis interpostas são de dois tipos:

1. As que agem para desanimar o volume total de violência civil ou para canalizar a que está expressa em atividades menos ameaçadoras e/ou efetivas, e

2. As que agem para aumentar a grandeza da violência ou para canalizar em manifestações mais organizadas e difundidas. Algumas das variáveis interpostas podem também agir de ambas as formas, como veremos brevemente.

7. Variáveis interpostas: fôrça

A primeira variável interposta é a capacidade da fôrça. Ela tem dois componentes principais: a capacidade de fôrça do regime e a dos dissidentes em potencial. No caso mais simples, se as capacidades de fôrça do regime forem muito altas e as dos dissidentes em potencial muito baixas, não haverá violência civil ou, se houver, será de pequena grandeza e acentuadamente caracterizada por atividades de tumulto. O argumento diz que mesmo quando os homens estão irados, êles não se engajam tìpicamente em atividades violentas de natureza civil, no caso de êles acharem que haverá desforra esmagadora e de não vislumbrarem perspectiva de sucesso. Por exemplo, há apenas um levante de que se tem notícia entre os campos de concentração nazista entre 1939 e 1945. Em suma, a repressão severa é um modo extremamente eficaz de reduzir a violência civil a uma virtual nulidade. A causa limitadora oposta seria onde a capacidade de fôrça do regime é muito baixa e a dos dissidentes em potencial muito alta. Nesta hipótese, a grandeza da violência civil é provàvelmente muito baixa também. Um exemplo poderia ser a revolução egípcia de 1952, quando as fôrças armadas do regime tinham sido, na verdade, neutralizadas ou se passaram para os dissidentes. Tal situação é provàvelmente mais evidente nos golpes de estado militares vitoriosos.

Contudo, os dois casos de uma preponderância esmagadora de fôrças de cada um dos lados não representam a situação comum. Há muitos sistemas políticos nos quais as capacidade de fôrça do regime e dos dissidentes pràticamente se equivalem (não no sentido absoluto) e, neste caso, dada a frustração sistemática, prevemos que o grau da violência civil seja realmente muito grande e, também, que seria uma violência civil do tipo antes classificado como guerra interna. Exemplos incluiriam o Congo (1960-64), a Algéria (1954-62), a Colômbia (1948-56), a Espanha (1934-39), a Nigéria (1967) ou os Estados Unidos (1860-65). A razão para essa relação é simples. A ameaça ou uso de fôrça é por si só frustrante.

Na hipótese de que ambos os lados julguem estar ameaçados pelas capacidades de fôrças do outro e que sua própria capacidade de fôrça seja utilizável e ofereça motivos para alguma esperança de sucesso, o ciclo da frustração — ira — agressão é acionado e mantido em andamento pela simples presença dessas fôrças, mesmo se não houver outras fontes de frustração sistemática, que quase sempre existem. Como ilustração dêste ponto, várias teorias de guerrilhas sugerem que um dos usos do terror é ajudar a criar o sentido de frustração e ira que pode então ser canalizado contra o regime. Não seria possível êsse resultado se não fôsse pelo caráter frustrante da fôrça em si.

8. Variáveis interpostas: legitimidade do sistema

O têrmo legitimidade é usado aqui da forma habitual dos cientistas políticos — a opinião de parte de certa população que seu govêrno merece estar no cargo e que as normas ou valôres ou metas que o regime parece seguir são também as certas ou adequadas. Podemos citar brevemente que os sistemas legítimos não são necessàriamente democráticos, ou vice-versa. O efeito geral das noções de legitimidade é que elas diminuem a grandeza da violência civil, mesmo se houver outras perturbações. Ou, se existir realmente violência é mais provável que seja do tipo de tumulto, entre os sistemas mais legítimos. Por exemplo, tem havido numerosos motins entre os negros americanos, nos guetos urbanos, nos últimos cinco anos, mas tôda a evidência disponível aponta que a legitimidade global do sistema político permanece bem alta entre aquêle segmento da população. Assim, esperamos que a violência civil nos Estados Unidos continue relativamente baixa [8] e que se limitará à categoria de tumulto — pelo menos enquanto a legitimidade do sistema permanecer tão alta como é.

A última condição serve para nos lembrar, contudo, que a legitimidade não é fixa: ela varia. Os sistemas políticos podem ganhá-la ou perdê-la com o tempo. De forma idêntica, êles podem ser, e normalmente são, considerados muito menos legítimos por um segmento da população que por outro. Em parte, a diferença entre violência revolucionária e contra-revolucionária depende de que grupos, possuindo que posições de valôres não estão mais dispostos a apoiar, ser leais, etc... ao regime. É provável que a retirada da legitimidade da parte dos segmentos frustrados da população seja um processo gradual de forma tal que os indicadores iniciais de violência sejam atividades de tumulto e, apenas mais tarde, após sentimentos de frustração e ira terem permanecido vigorosos por muito tempo, formas mais severas da violência civil ocorrem. Naturalmente acontece ao mesmo tempo uma crescente dependência do contrôle social coercivo ou da fôrça por parte dos regimes que percebem estar seu apoio enfraquecendo e, como argumentamos antes, a própria fôrça é um agente extremamente frustrante que contribui para um declínio da legitimidade do regime. Nas palavras de Talleyrand, que teria supostamente dito ao Imperador: "Senhor, o senhor pode fazer tudo com baionetas — menos sentar nelas."

[8] Para os que julgam os Estados Unidos um país onde os níveis combinados de violência são altíssimos, recomendamos que consultem mensurações semelhantes para, por exemplo, Nigéria, Congo, Irã, India, Brasil, França ou qualquer outro sistema nos últimos 10 anos antes de rejeitar minha afirmação.

9. Normas e tradições

O objetivo de especificar esta variável interposta é simplesmente o de enfatizar que a violência civil é um fenômeno social e por isto é condicionado pela cultura em que acontece. No nível mais rudimentar podemos observar variações com respeito à disposição de alguém se dedicar à violência entre as culturas mundiais. As normas condenando o uso da violência, incluindo a política ou a civil, parecem estar mais difundidas nos Estados Unidos do que, por exemplo, na Inglaterra ou Escandinávia. [9] Temos outro exemplo ao considerarmos o uso da palavra *amok,* uma das poucas a entrar na língua inglêsa diretamente do malaio. Ela descreve uma condição entre os malaios, normalmente entre as culturas mais dóceis, quando as frustrações atingem o ponto culminante e a pessoa perde totalmente a cabeça (literalmente, torna-se um "cão danado") e ataca todo objeto que lhe surge à frente. O contragolpe de 1965 contra a KPI na Indonésia e o derramamento de sangue decorrente (uma estimativa conservadora calculou que houve 250.000 mortos) são freqüentemente citados pelos observadores nativos como um modêlo.

Outra forma sob a qual se podem constatar o condicionamento cultural da violência são as variações intranações no tocante à aceitação da violência. Essa variação é geral no ocidente e muito possìvelmente em outros locais, com respeito às classes sociais. Por várias razões, os indivíduos da classe inferior ou de formação operária têm mais probabilidade de condenar o uso da violência do que os que se situam nas classes média ou alta e têm outra formação. Esta distribuição é mais fàcilmente observável na composição social de vários tipos de movimentos de protesto *não violentos.* Quase invàriavelmente êles recrutam adeptos dos grupos de posição mais elevada. Pode ser evidentemente argumentado que as pessoas da classe baixa são mais inclinadas a se engajar na violência civil, porque elas têm muito mais motivos de se enraivecerem — isto é, por definição, elas estão mais em desvantagem e são presumìvelmente mais frustradas do que seus companheiros. Porém, a evidência disponível indica uma diferença normativa mesmo no contrôle das distinções de posição social. [10]

Finalmente, também queremos ressaltar que as culturas diferenciam-se no tocante ao grau em que oferecem alternativas para a expressão da violência, que podem fazer com que a cólera dos

[9] Para uma análise histórica dos níveis de violência nos Estados Unidos, ver: Davis, H.G. & Gurr, T.R. *Violence in America.* Signet, 1969.

[10] Para um resumo, ver a obra *Political man,* de S.M. Lipset, Double Day, New York, 1963.

homens desvie-se da ordem pública e assim reduzem a grandeza da violência civil (embora isto possa aumentar a sua expressão sob outras formas). Como tal, consideremos as danças fantasmagóricas dos índios das montanhas americanas na última parte do século XIX. Ao constatarem a usurpação cada vez maior dos homens brancos em suas terras tradicionalmente só dêles, os índios reagiram com uma dança ritual na qual os brancos eram simbòlicamente destruídos e os povos indígenas retomavam o que êles julgavam fôsse sua posição anterior de poder e glória.

Os movimentos milenares na Europa medieval ou os cultos de carga na Melanésia contêm componentes similares de fantasia.[11] Outra forma comum de canalizar a agressão criada pela frustração é o "bode expiatório". Alguns grupos minoritários, razoàvelmente visíveis, podem ser escolhidos como alvo e as hostilidades comunitárias serão dirigidas contra êles. De fato, isto pode até ser uma norma internacionalmente executada ou incentivada pelo regime, a fim de desviar a cólera de si mesmo. O violento anti-semitismo na maioria dos países europeus, em várias épocas, refletiu essa norma. Finalmente, várias formas de desafio individualizado, dirigidas contra aspectos do próprio ser ou contra objetos externos como suicídio, vício de drogas, crime, banditismo, etc. podem ser mais ou menos culturalmente disponíveis e assim servem, paradoxalmente em alguns casos, para diminuir a violência civil. [12]

10. Variáveis interpostas: ideologia e liderança

Esta variável diz respeito ao papel de certos tipos de sistemas de crença e aos que os realizam. Tìpicamente, os sentimentos de ira, resultantes da frustração sistemática, são difusos e incompletos, pelo menos no início. É muito provàvel que a violência civil que ocorra sob essas circunstâncias seja espontânea, esporádica e desorganizada. Tem alto grau de vômito social — é de caráter quase anômico. Assim, a presença ou ausência de uma ideologia revolucionária é crucial.

A ideologia desempenha várias funções extremamente importantes para o dissidente em potencial. Primeiro, ela explica a causa de sua insatisfação, fornecendo-lhe alvo ou alvos específicos de ataque — os nobres, os donos de terras, os exploradores, os padres, os capitalistas, os imperialistas, os estrangeiros — em uma palavra,

[11] Ver a discussão contida na obra de Sylvia Thrupp, *Millenial dreams in action*, publicada por Mouton & C., The Hague, 1962.

[12] Paradoxais porque a associação entre banditismo e rebelião primitiva ou pré-política é freqüentemente muito íntima. A êste respeito, ver *Primitive rebels*. de E.J. Hobsbawn, edição de W.W. Norton, New York, 1965. p. 13-57.

a ordem civil. Segundo, ela assegura ao dissidente em potencial que êle não está sòzinho no mundo. Há outros (O Povo, Os Operários, Os agricultores, As Massas) que partilham seu destino e, além disso, há número suficiente dêles que acreditam ser inevitável a vitória. Terceiro, oferece uma racionalização para a violência e, assim, ajuda a vencer quaisquer inclinações normativas opostas. Finalmente, uma ideologia dá o que podemos provisòriamente chamar de utopia. Isto é, ela supre uma imagem alternativa da vida social na qual, presumìvelmente, as perturbações, descontentamentos e frustações da situação atual do dissidente em potencial não serão encontrados.

Os líderes revolucionários preenchem funções similares além de outras. Realizar com sucesso, digamos, uma guerra de guerilha exige certas técnicas e se as outras coisas forem iguais, ajuda ter um General Giap ou um Coronel Boumedienne lutando do seu lado. Isto, porém, não é crucial: o que importa sôbre a ausência ou presença dos líderes revolucionários é, primeiro, que êles são os portadores da ideologia. São êles que transmitem uma nova imagem do mundo e são sua única fonte — tais ideologias não são geralmente ensinadas nas escolas públicas do regime afetado. Segundo, os líderes transmitem um nôvo modo de encarar as coisas e organizam a ação conforme as novas crenças. Não há exemplo mais marcante da importância da função organizadora do que a incapacidade dos anarquistas espanhóis de formarem um levante simultâneo em todo o país. Sua dificuldade é que sua ideologia, embora suficientemente revolucionária, combatia qualquer forma de organização que é, evidentemente, condição imprescindível do êxito.

Geralmente a presença de ideologias e líderes revolucionários em um sistema marcado por frustrações profundas significa o surgimento da possibilidade de violência; significa que, uma vez que esta irrompe, é provàvelmente de grau superior e, sobretudo, significa que a violência que houver muito provàvelmente será do tipo que caracterizamos anteriormente como de guerra interna. A ideologia e a liderança agem para localizar uma insatisfação vaga e generalizada, e para focalizá-la no sistema político. Sua importância é que elas tornam algo prèviamente difuso e incerto em alguma coisa clara, imediata e específica. O que antes era ambíguo, é agora exato. Como observamos antes, a expressão de agressão pode ser canalizada em muitas formas. A liderança e a ideologia revolucionárias canalizam-na contra a ordem pública.

11. Observações finais

A teoria da violência civil sustenta que essa atividade é uma forma de agressão. Esta tem suas raízes na ira que os homens sentem quando frustrados. A frustração é provàvelmente inerente à vida social, mas claramente mais rígida e penetrante em alguns tipos ou formas da vida social humana, do que em outros. Contudo, mesmo na hipótese de frustração intensa e ampla, não há necessidade de violência ou, se houver não existe um motivo obrigatório para que ela seja pública. O que determina essa relação é especificado pelas variáveis interpostas. Identificamos quatro variáveis principais: capacidade de fôrça, legitimidade do sistema, normas culturais e tradições e ideologia e liderança. Também sugerimos que essas variáveis ajudam a explicar o grau da violência: se é a do tipo engajada pelo regime, pelos dissidentes ou por ambos; se é revolucionária ou contra-revolucionária e se é do tipo de tumulto ou de guerra interna. Pode, evidentemente, haver outras variáveis interpostas não discutidas aqui. As quatro que incluímos parecem-nos ser sempre uma ponderação. Elas são condições necessárias, se não suficientes.

A teoria exposta acima é dita geral. Isto é, reivindica uma explanação ou uma explicação virtual de todos os exemplos de violência pública. Se essa reivindicação será aceita é questão de pesquisas posteriores. O que podemos fazer aqui é dizer (brevemente) que ela não é incompatível com outras perspectivas teóricas sôbre violência. Em vista da impossibilidade de analisá-las, concentremo-nos em duas delas, que impressionantemente, dominaram o assunto pelo menos recentemente. A primeira é a teoria da destituição relativa.

O argumento central é que as origens da violência devem ser achadas no agudo sentido de destituição que as pessoas experimentam quando há uma discrepância entre o que o indivíduo crê que mereça e a realidade. O têrmo "relativo" é usado para sublinhar o fato de que os sentimentos de destituição podem surgir sob várias formas (comparação da experiência atual com as expectativas ou mêdo do futuro, comparação dos níveis atuais de satisfação ou insatisfação com as aspirações baseadas normativamente, comparação com grupos de referência proeminente, etc.) e que o sentimento de destituição pode ocorrer em qualquer nível ou posição social, no tocante a qualquer coisa a que se dê valor ou símbolo.

O paralelismo com nossa própria formulação é óbvio. Primeiro, o têrmo "destituição" ressalta essencialmente a mesma condição psicológica a que anteriormente chamamos frustração ou frustração sistemática. Segundo, a relatividade das fontes de frustrações ou destituições com respeito a certas pessoas em certas culturas é uma ênfase partilhada por ambos. Terceiro, o individualismo metodológico de ambas as opiniões é similar. Cada um formula uma explicação de violência pública baseada nas reações dos indivíduos sob condições específicas, embora reconheçam ao mesmo tempo que pessoas semelhantemente situadas podem, e freqüentemente o fazem, reagir de modo idêntico.

A segunda perspectiva geral é a que situa as origens da violência pública na estrutura social de certa sociedade. Há muitas variações desta opinião, mas nos concentraremos em duas. Primeira, as teorias marxistas ou quase-marxistas que acentuam uma distribuição desigual e exploradora de riqueza. De acôrdo com esta teoria, uma distribuição assim pode ser, e freqüentemente o é, uma fonte potente de frustração sistemática que impulsiona o irromper da violência pública. Empìricamente, é provàvelmente a fonte mais importante de sua espécie, principalmente nas sociedades modernas. Nossa única discórdia é que os homens podem sentir-se frustrados ou destituídos também sôbre outras coisas, e essa idéia pode-nos ajudar, em alguns casos, a explicar o de outra forma inexplicável.

A outra perspectiva dentro desta categoria geral atribui ênfase às transformações — especialmente as abruptas — das estruturas sociais, que quebram os modos normais de vida, causam fragmentação dos sistemas de crença, criam inconsistências de *status* e induzem à desorganização pessoal e social. Normalmente, êsses resultados ocorrem de fenômenos de larga escala social tais como guerra, industrialização, urbanização, migrações de massa, etc. Êles propiciam as massas de indivíduos sem raízes, isolados e anômicos. Novamente julgamos que só precisamos acentuar que êsses acontecimentos são freqüentemente citados como fontes potentes de sentimentos de frustração e destituição. Como exemplo, a rápida evolução social cria alta probabilidade de inconsistênica de *status* — uma pessoa julgada de muito valor numa hierarquia social e que é considerada opostamente em outra hierarquia — e as marcantes frustrações experimentadas sob tais condições, mais de uma vez, já provaram ser motivo preponderante no surgimento de revolucionários potenciais ou reais. [13]

[13] Ver, por exemplo, *A structural theory of aggression*, de Hohann Galtung, *Journal of Peace Research*, 1964.

Terminamos, citando uma queixa de Harlan Hahn, entre outros. Em artigo recente, Hahn demonstrou certa insatisfação com os que procuram explicar a violência política em têrmos de motivação individual. Especìficamente, êle argumentou que uma concentração excessivamente carregada na psicodinâmica da violência obscurecia as metas ou fins políticos buscados pelos atôres. [14] Achamos que êle pode ter razão e o que acentuamos na última parte de nossa conferência foram os elos entre o esfôrço atual e outras estruturas conceituais que não estão sujeitas àquela dificuldade.

[14] *The political objectives of ghetto violence.* Conferência realizada nas reuniões da American Political Science Association, New York de 2 a 6 set. 1969. p. 2-3.